

A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NOS DOCUMENTOS DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

SANTOS, Edi Carlos Cardoso dos¹

RU 54154

RESUMO

O conjunto de encíclicas e exortações relacionadas às questões sociais e à dignidade do ser humano, compõem a Doutrina Social Igreja. Dentro da lógica cristã, a dignidade da pessoa humana se fundamenta em sua criação à imagem e semelhança de Deus, se referindo à dignidade a tudo aquilo que é inegociável para o ser humano. O objetivo do presente artigo é verificar o que os principais documentos do magistério da Igreja têm abordado sobre a dignidade da pessoa humana. Como metodologia utilizou-se da pesquisa bibliográfica em livros, revistas, artigos e documentos eletrônicos relacionados ao tema, fundamentando principalmente nos documentos da DSC publicados desde o papa João XXIII com a *Rerum Novarum* (1891), pelos documentos de João Paulo II e Bento XVI, até o Papa Francisco com a *Fratelli Tutti* (2020). Através destes documentos, constatou-se que a Igreja Católica Apostólica Romana nunca deixou de se pronunciar sobre os assuntos de cunho social em seus momentos históricos, denunciando, criticando e exigindo que a dignidade humana seja respeitada e garantida.

Palavras chaves: Igreja Católica. Doutrina Social. Dignidade humana.

1 INTRODUÇÃO

Diante da realidade que as pessoas vivem e se relacionam nas últimas décadas e de modo especial nestes últimos anos, os quais, têm sido tomados por uma desigualdade social em crescente ascensão, e que, com a pandemia COVID19, milhares de famílias têm sido jogadas à margem da sociedade, abordar esta temática, é uma chamada, ou melhor, um grito, diante de uma sociedade capitalista que pouco se importa com o bem-estar do próximo.

A preocupação da igreja com as questões sociais, são formalizadas e apresentada de forma mais concreta a partir da *Rerum Novarum*, documento publicado em 1891 pelo papa Leão XIII. É a partir deste documento que se inicia a constituição da Doutrina Social da Igreja, sendo que, quando se fala em dignidade da

¹ Acadêmico do curso de Bacharelado em Teologia do Centro Universitário Internacional (UNINTER). Trabalho de conclusão de curso. E-mail: sancar.edi@gmail.com. RU 54154.

pessoa humana, é a partir das ações realizadas pela Igreja Católica Apostólica Romana, que se tem essa denominação.

A Doutrina Social da Igreja, convencionada como tal a partir da *Rerum Novarum*, é fruto de uma construção histórico-teológica que se atualiza sempre. Muitos documentos pontifícios deram sequência ao tratamento de questões sociais, tais como: Encíclica *Quadragesimo Anno* de Pio XI (1931); Encíclicas *Mater et Magistra* (1961) de João XXIII; Encíclica *Populorum Progressio* (1967) de Paulo VI; Encíclicas *Laborem Exercens* (1981), *Sollicitudo Rei Socialis* (1987) e *Centesimus Annus* (1991), de João Paulo II; Encíclica *Caritas in Veritate* (2009), de Bento XVI; Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (2014) e *Encíclica Laudato Si* (2015), do Papa Francisco; Exortação Apostólica Pós Sinodal “Querida Amazônia” (2020) do Papa Francisco e Encíclica *Fratelli Tutti* (2020) também do Papa Francisco.

Com o objetivo de resgatar um pouco do trabalho social realizado pela Igreja, pretende-se com o presente artigo verificar o que os principais documentos do magistério da Igreja têm abordado sobre a dignidade da pessoa humana.

Entende-se por dignidade tudo aquilo que é inegociável: alimento, liberdade, emprego, inviolabilidade do corpo, etc. A dignidade da pessoa humana se fundamenta em sua criação à imagem e semelhança de Deus (CIC, 1700). E, na perspectiva cristã, ela se dá por meio da relação ontológica do ser humano com o Transcendente e não depende de status social, racial, sexual, moral ou econômico” (MENEGATTI, 2016, p.17). A dignidade do homem é social, é construída e aprofundada na relação que o homem mantém com o seu próximo. Desta forma quando a sociedade muda a visão que tem do homem, altera o modo como vê a dignidade da pessoa.

Metodologicamente, este trabalho foi elaborado com base em pesquisa bibliográfica, utilizando como fontes e instrumentos de coleta de dados: livros, revistas, artigos e documentos eletrônicos. Toda a pesquisa será embasada em revisão teórica de obras e autores relacionados ao tema da dignidade do ser humano nos documentos da Igreja, para realização de uma reflexão dos resultados.

2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

O conceito de pessoa tem uma carga axiológica (que constitui ou diz respeito a um valor) irrenunciável, ‘com duas vertentes: objetiva e subjetiva (VIDAL, 2003). Etimologicamente a palavra pessoa (em grego: *prósopon*) tem sua origem no teatro.

É a máscara trágica ou cômica que o ator usa e que serve para identificar a personagem. É a dimensão sustentadora de um ser racional.

Para Von Balthasar, o conceito de pessoa é estritamente teológico, cristológico e trinitário e indica a missão recebida de Deus que o homem assume ou rejeita segundo sua posição existencial diante de Cristo. A realidade de pessoa se alcança na aceitação do chamado que Jesus dirige a todos os sujeitos espirituais da natureza humana para participar da sua missão universal. (Dicionário teológico, 1988, p.86)

Segundo Ricardo de São Vitor, a pessoa é definida não pela independência substancial, porém, antes pela relação em face dos outros. Pessoa é essencialmente existência, ou seja, relação, comunhão. A pessoa não se constitui mediante o autoconhecimento, porém através da abertura para os outros e da relação com os outros. (Dicionário teológico, 1988, p. 194)

De acordo com Aristóteles “as pessoas adquirem determinado modo de ser em virtude de seu caráter, e são felizes ou não conforme sejam suas ações... e adquirem caráter conforme suas ações”. Todo mundo tem uma finalidade pela sua existência, se tudo é ordenado neste mundo, só existimos para atender a uma finalidade, portanto, conforme o pensamento grego, para iniciar uma reflexão sobre a dignidade humana, é preciso entender, qual é a minha finalidade dentro do cosmos.

O pessoal não é comum e nem genérico, é específico. Então quando nos referimos ao termo “pessoa”, precisamos ter em mente que, por mais que fomos criados a imagem e semelhança de Deus e possuímos, enquanto seres humanos características semelhantes, jamais podemos ignorar a individualidade de cada ser, como uma pessoa/individuo único e específico em seu caráter e ações.

Ao falar em dignidade da pessoa humana, nos remete entender o conceito do que é dignidade refere-se ao que é essencial para o ser humano, é tudo aquilo que é inegociável: alimento, liberdade, emprego, inviolabilidade do corpo, etc. E, no Catecismo da Igreja Católica observa-se que,

A dignidade da pessoa humana se fundamenta em sua criação à imagem e semelhança de Deus; realiza-se em sua vocação à bem-aventurança divina. Cabe ao ser humano a livre iniciativa de sua realização. Por seus atos deliberados, a pessoa humana se conforma ou não ao bem prometido por Deus e atestado por sua consciência moral. As pessoas humanas se edificam e crescem interiormente: fazem de toda sua vida sensível e espiritual matéria de crescimento. Com a ajuda da graça, crescem na virtude, evitam o pecado

e, se o tiverem cometido, voltam como o filho pródigo, para a misericórdia de nosso Pai do Céus. Chegam, assim, à perfeição da caridade. (CIC 1700)

É nesta lógica que a declaração dos direitos humanos afirma em seu artigo 1º que: todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. E, seguindo o mesmo raciocínio, o Art. 5º da Constituição Federal do Brasil, pressupõe-se que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

De acordo com Rocha (2012, p. 2) “A dignidade da pessoa humana é um tema profundo que toca o homem na sua essência, envolve tanto a nossa reflexão cognitiva como também nos leva a encontrar maneiras de vivermos e pormos em prática os frutos desta reflexão”. Rocha fala da análise a partir da obra, *La Dignidad humana* de Jürgen Moltmann, na qual o teólogo alemão, fala da dignidade humana na perspectiva da esperança, pois só quem tem esperança no homem e na sua humanidade, mesmo perante os atropelos e abusos que são cometidos, pode recordar o que significa viver e lutar pela dignidade humana. O princípio fundamental é de que o homem encontra a sua dignidade como pessoa face a Deus e ao mundo, uma dignidade que é intocável e sagrada. O homem é imagem de Deus, é este fato que torna o homem digno e por isso este é o fundamento da dignidade do homem e a raiz dos direitos dos homens.

Sendo assim, o falar em dignidade humana é ter ciência de que o ser humano não é um objeto ou mercadoria de troca. Ele é um ser criado a imagem e semelhança de Deus (Gn 1,26), cujo princípio fundamenta a dignidade humana no cristianismo, pois evidencia a sacralidade do ser humano e sua participação na encarnação do Filho de Deus (MENEGATTI, 2016, p. 82).

Desta forma, seja o trabalho ou a liberdade, enfim tudo o que é essencial e vital para o ser humano não pode ser negligenciado. Todo e qualquer cristão deve atentar-se a isso e cumprir com sua missão sendo solidário e agente de transformação na sociedade em que vive, preservando a dignidade dos seres humanos.

3 DOCUMENTOS DA IGREJA E SEU PAPEL NA SOCIEDADE MODERNA

A doutrina social da Igreja, nome dado ao conjunto de documentos que abordam sobre a questão social nos últimos séculos da era Cristã, representa o olhar da igreja, ou melhor, como nós, povo de Deus, podemos enxergar nossa identidade eclesial e social nesta sociedade moderna. De acordo com o Compendio da Doutrina Social da Igreja (2004) com a sua doutrina social a Igreja assume a tarefa de anúncio que o Senhor lhe confiou. Ela atualiza no curso da história a mensagem de libertação e de redenção de Cristo, o Evangelho do Reino. “A Igreja, anunciando o Evangelho, testemunha ao homem, em nome de Cristo, sua dignidade própria e sua vocação à comunhão de pessoas; ensina-lhe as exigências da justiça e da paz, de acordo com a sabedoria divina” (CDSI, 63).

De acordo com Menegatti (2016, p. 80), a Doutrina social é regida por quatro princípios básicos, mas fundamentais: o princípio do bem comum, o princípio da solidariedade, o princípio da subsidiariedade e o princípio da participação. O princípio do bem comum está relacionado ao desenvolvimento integral do ser humano e afeta todos os membros de uma sociedade. Não trata de uma simples somatória de direitos individuais, mas sim daquilo que é mais importante para todos, considerando sempre a perspectivas dos mais pobres.

Já o princípio da solidariedade é “um princípio social e uma virtude moral da vida em sociedade, sob a qual o ser humano deve contribuir com os seus semelhantes para o bem comum, em todas as instâncias” (MENEGATTI, 2016, p. 88). Contrariando o que é proposto pelos sistemas dominantes que primam pela interdependência, a Igreja tem proposto várias formas de exercer a solidariedade envolvendo pobres e ricos, trabalhadores e empresários, diferentes culturas, etnias, povos e nações. De acordo com a encíclica *Sollicitudo Rei Socialis* (1987), “a solidariedade não se trata de um sentimento de compaixão vago ou superficial diante dos males sofridos pelas pessoas próximas ou distante, mas sim, a determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum” (SRS, 38).

O princípio de subsidiariedade consiste na promoção do exercício de liberdade e responsabilidade de cada grupo ou instância evitando a interferência desnecessária de níveis superiores em assuntos que os níveis inferiores são capazes de resolver

(CNBB, 2004, p. 64-65). Tem por objetivo proteger as pessoas, as comunidades locais e os grupos do perigo de perder a sua legítima autonomia, evitando também o absolutismo político e a excessiva centralização dos poderes do Estado sobre as instituições locais. Este princípio pode ser aplicado em vários outros âmbitos da vida social, como na Igreja, na família, na educação, na economia, na cultura e no trabalho e deve ser respeitado no processo de tomadas de decisão. (MENEGATTI, 2016, p. 90).

Em relação ao princípio da participação, de acordo com (MENEGATTI, 2016, p. 91-92), ele consiste ao mesmo tempo num direito e num dever social e é consequência característica da subsidiariedade. O Catecismo da Igreja Católica (n. 1913) diz que “a participação é o empenhamento voluntário e generoso da pessoa nas permutas sociais. É necessário que todos tomem parte, cada qual segundo o lugar que ocupa e o papel que desempenha, na promoção do bem comum”. Cada um precisa assumir a sua responsabilidade como indivíduo antes de exigir algo do coletivo.

Pode-se dizer, que estes quatro princípios são referência fundamental para as questões da vida em sociedade e devem ser integrados um ao outro, como o paradigma que nos permite ver e avaliar as questões sociais que se apresentam à luz da fé. Os cristãos não podem deixar de manifestar-se quando tais princípios não são respeitados. Denunciar a violação dos direitos humanos e se posicionar diante das injustiças sociais, é um dever que faz parte da nossa missão enquanto cristão.

Dentro desta lógica, os papas percebendo a diversidade e pluralidade do mundo passaram a refletir sobre a conduta do cristão e também da sociedade cristã frente aos desafios, problemas e conflitos relacionados às questões sociais em seus respectivos momentos históricos. E, mediante a realização de concílios e encontros diversos, os documentos foram sendo elaborados e publicados.

Sendo assim, desde 1891 quando foi publicada o primeiro documento voltado mais especificamente às questões sociais até o ano de 2020 temos uma série de encíclicas, publicadas pelos papas em suas respectivas épocas, conforme discriminado no quadro 1.

Quadro 1 - Resumo das principais encíclicas e outros documentos com temas sociais

Ano	Papa	Documento	Temática
1891	Papa Leão XIII	Encíclica “ <i>Rerum Novarum</i> ”	A difícil situação vivida pelos trabalhadores na época, final do século XIX.
1931	Papa Pio XI	Encíclica “ <i>Quadragesimo Anno</i> ”	Denúncia à injusta divisão dos frutos do trabalho.
1961	Papa João XXIII	Encíclica “ <i>Mater et Magistra</i> ”	Reflexão sobre as transformações sociais da época/ Protagonismo do operário em seu trabalho.
1967	Papa Paulo VI	Encíclica “ <i>Populorum Progressio</i> ”	Paz e justiça. Apelo ao direito do desenvolvimento dos países pobres.
1981	Papa João Paulo II	Encíclica “ <i>Laborem Exercens</i> ”	O valor do trabalho humano; respeito aos sistemas sociais em decadência; direito de organização sindical para assegurar os direitos humanos.
1987	Papa João Paulo II	Encíclica “ <i>Sollicitudo Rei Socialis</i> ”	O papa faz um apelo à solidariedade humana no contexto de restrição da liberdade decorrente dos sistemas políticos.
1991	Papa João Paulo II	Encíclica “ <i>Centesimus Annus</i> ”	Crítica ao comunismo e ao capitalismo selvagem.
2009	Papa Bento XVI	Encíclica “ <i>Caritas in Veritate</i> ”	Consequências da globalização / caridade como instrumento para justiça social.
2015	Papa Francisco	Encíclica “ <i>Laudato Si</i> ”	O papa aborda sobre a ecologia integral, a partir dos mais pobres. Ele enfatiza que não se pode falar e refletir em preservação do meio ambiente, omitindo direitos humanos, justiça social e o problema dos refugiados.
2020	Papa Francisco	Exortação Apostólica Pós-Sinodal “Querida Amazônia”	O papa sonha com uma região que lute pelos direitos dos mais pobres; Que a igreja e o mundo reconheça e proteja a riqueza cultura da Amazônia; apreciação pelo meio ambiente em uma reverência à criação divina; Abertura da Igreja à enculturação na Amazônia; Participação das mulheres nas pastorais, promovendo acesso dos povos ribeirinhos à Eucaristia.
2020	Papa Francisco	Encíclica “ <i>Fratelli Tutti</i> ”	Com abordagem sobre fraternidade humana, esta encíclica é um grito do Papa em defesa dos pobres e um apelo para sermos bons samaritanos.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos documentos da Igreja e KUJAWSKI (2020).

Dentre os documentos citados no quadro acima, é evidente em pelo menos 4 (*Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno*, *Mater et Magistra* e *Laborem Exercens*), a preocupação em relação ao trabalho. Seja pelas condições de trabalho ou pela falta dele.

Desde o final século XIX a Igreja por meio de seus documentos se pronuncia diante das injustiças que acontecem em relação ao trabalho humano. Partindo do princípio que o trabalho é uma forma de proporcionar a dignidade, dentro de qualquer sociedade a forma mais viável para combater a miséria e a fome, sem assistencialismo é, proporcionar ao cidadão a possibilidade de garantir o seu sustento e o de sua família, através da força de seu trabalho.

Ao apresentar a difícil situação vivida pelos trabalhadores em 1891 na *Rerum Novarum*, o Papa Leão XIII, não só denuncia as más condições de trabalhos, muitas vezes análogas à escravidão, mas quer evidenciar que como cristãos não podemos ficar calados diante das injustiças sociais. Se temos voz, precisamos usá-la a favor dos menos favorecidos.

Na época em que está encíclica foi escrita, eram precárias as condições de trabalho, não havia descanso aos domingos e não se tinha conhecimento sobre quais eram as obrigações sociais dos patrões e operários. Portanto, ao divulgar este documento, a Igreja deixa clara a visão cristã totalmente contrária à visão marxista-socialista e capitalista da sociedade naquele momento. Uma sociedade em pleno desenvolvimento da revolução industrial que, onde os detentores dos meios de produção, em busca de produzir bens e acumular riquezas, exploram os trabalhadores, que indefesos, não tinham forças e nem conhecimento para lutarem por seus direitos.

É neste contexto que a igreja se pronuncia e, por ter um carácter essencialmente antissocialista, a *Rerum Novarum* não teve acolhida em ambientes não-católicos, especialmente entre os anti-infabilistas e galicanos e no mundo operário. Ela foi aclamada por uma grande parte dos católicos, tolerada, com reservas e murmurações, por outra, exaltada ou escarnecida, segundo as filosofias, fora do campo católico (LIRA & ANDRADE, 2014). Esta encíclica proclama pela primeira vez os direitos dos operários e a injustiça do sistema liberal. A partir deste documento,

muitos padres e leigos em geral, em todos os países passaram a trabalhar e dedicar-se mais a pastoral social, e multiplicaram as obras sociais e, no campo acadêmico cria-se o curso do Serviço Social.

Na encíclica “*Quadragesimo Anno*”, o Papa Pio XI em 1931, 40 anos após a publicação da “*Rerum Novarum*”, preocupa-se com a forma que as pessoas que vivem do seu trabalho, denunciando a injusta divisão dos frutos do trabalho. Pio XI opõe-se ao liberalismo e socialismo, porque estes sistemas dividem injustamente os frutos do trabalho. Ele conclui que: “é impossível que o bom católico seja, ao mesmo tempo, verdadeiro socialista” (KUJAWSKI, 2020). É preciso ser cristão em qualquer lugar que esteja, se o católico não luta pelas causas em favor do bem comum, sua luta é individual e injusta, em prol dos seus próprios interesses.

A encíclica “*Mater et Magistra*” (1961), além da preocupação com os países menos desenvolvidos, o Papa João XXIII destaca sobre a participação ativa do operário como protagonista do seu trabalho. Este documento é único e inovador para sua época ao tratar do tema socialização, quando destaca como preservar a dignidade humana, os direitos individuais, como respeitar a pessoa humana no seu mistério, no mistério de cada um, na sua individualidade, como respeitar os diferentes e as diferenças. Mas, ao mesmo tempo, como também integrar essa dimensão pessoal na dimensão comunitária, como promover também os direitos sociais, econômicos e culturais, os direitos dos pobres.

Já na encíclica “*Laborem Exercens*” em 1981, o Papa João Paulo II deixa em evidência o valor do trabalho humano, destaca a prioridade do trabalho, perante o capital. E ao abordar sobre movimentos sindicais, a Encíclica confirma o direito de organização dos sindicatos, para assegurar os insubstituíveis e básicos direitos humanos. A encíclica afirma que “o homem se sustenta com o pão obtido pelo trabalho das suas mãos — e isto equivale a dizer, não apenas com aquele pão cotidiano mediante o qual se mantém vivo o seu corpo, mas também com o pão da ciência e do progresso, da civilização e da cultura” (LE § 1).

Esta encíclica enfatiza que “o trabalho é uma das características que distinguem o homem do resto das criaturas, cuja atividade, relacionada com a manutenção da própria vida [...]” (LE § 1), desta forma, no contexto da economia

capitalista do final do século XX, os direitos dos trabalhadores apresentados neste documento são: emprego, salário justo, seguridade social, descanso, greve, sindicalização, direitos da mulher trabalhadora, promoção do trabalho agrícola, direitos do trabalhador com necessidades especiais e trabalhador migrante (LE § 16-23). Direitos essenciais para uma vida laboral com dignidade.

Na encíclica “Centésimus Annus” (1991), documento publicado no centenário da *Rerum Novarum* o papa João Paulo II faz uma crítica ao sistema comunista e ao capitalismo evidenciando os pontos críticos destes dois modelos econômicos, pois ambos, em suas extremidades e fundamentalismos acabam por interferir na dignidade humana. De acordo com *Vatican News* (2021), este documento 30 anos após a sua publicação ainda pode ser considerado bem atualizado pelas seguintes abordagens: Colocar o homem como centro de todos os processos (seja por sua capacidade de conhecimento seja por sua capacidade de organização solidária) e, pela proposta de redução da dívida dos países pobres e desarmamento (metas que ainda não foram alcançadas), conforme salienta Tarantola no depoimento abaixo:

Penso que se trata de uma Encíclica profética que ainda tem uma premente atualidade”, destaca a presidente da Fundação *Centesimus Annus pro Pontifice*, Anna Maria Tarantola, segundo a qual muitos pontos do texto têm plena validade nos dias de hoje: “Penso ao chamado à dignidade do trabalho e do trabalhador, à dimensão social do trabalho, a um justo salário, à justiça para com os pobres, que aumentaram com a pandemia, e um lucro justo. (VATICAN NEWS, 2021)

Partindo para um novo foco, é importante apresentar a Encíclica “*Caritas in Veritate*” (2009), onde Bento XVI aborda as consequências da globalização e constata que o amor “caridade” é o instrumento mais importante para a justiça e para o bem comum, assim como para o desenvolvimento da pessoa e da humanidade. Ela apresenta uma nova definição de Doutrina Social da Igreja: “*caritas in veritate in re sociali*”, ou seja, o anúncio da verdade no amor de Cristo na sociedade, com base no entendimento de que a Doutrina Social da Igreja não nasceria do exterior da “questão social”, mas do interior da resposta de verdade e de amor que o cristianismo oferece às expectativas da sociedade humana (CIV § 5). Pois, “sem verdade, sem confiança e amor pelo que é verdadeiro, não há consciência e responsabilidade social, e a atividade social acaba à mercê de interesses privados e lógicas de poder, com efeitos desagregadores na sociedade, sobretudo numa sociedade em vias de globalização que atravessa momentos difíceis como os atuais”.

Nesta encíclica a definição da palavra caridade é amor recebido e dado, é graça. A caridade na verdade coloca o homem diante da estupefaciente experiência do dom. A gratuidade está presente em sua vida de múltiplas formas, com frequência não reconhecidas por causa de uma visão apenas produtivista e utilitarista da existência. O ser humano é feito para o dom que exprime e atua a dimensão de transcendência" (CIV § 34).

Desta forma o agir humano permeado por gestos de caridade deve produzir frutos que corresponda à gratuidade do amor de Deus em nossa vida. E, dentro da lógica capitalista que têm impulsionado a comercialização muito além das fronteiras terrestres, esta encíclica suscita em nós o seguinte questionamento: será que a globalização tem proporcionado melhores condições de vida aos que vivem nas periferias no Brasil e no mundo? É uma questão que cabe a cada cristão refletir e avaliar muito bem, uma vez que o índice de vulnerabilidade social só tem aumentado. À primeira vista a causa seria a pandemia, mas a pandemia não é fruto de um mundo globalizado?

Por fim, apresentamos a Encíclica "*Fratelli Tutti*" (2020), que traz de forma emblemática "o grito do Papa Francisco em defesa dos pobres". Neste belíssimo documento, Ele apela para que o mundo seja aberto e cheio do amor e que os cristãos devem e precisam se envolver neste processo. É preciso deixar-se tocar pela parábola do Bom samaritano e agir como ele. "Não se podem minimizar os problemas das crianças, das pessoas idosas, das mulheres (incluindo os abortos forçados), dos migrantes, dos marginalizados, os problemas ecológicos e da COVID-19", salienta Kujawski (2020, p. 3).

Esta encíclica aborda uma série questões que ajudarão nossa reflexão e ação em relação a pobreza e miséria em nossa sociedade. Dentre elas pode-se destacar, conforme palestra de Dom Ricardo Hoepers (2021) que:

- Os bens materiais devem ser instrumentos e não fim, ou seja, eles devem ser a forma pela qual se possa construir um mundo mais digno para se viver, pois Deus criou todos os seres humanos iguais (FT § 5);
- Valemo-nos do que somos e não pelo que temos.

- Devemos praticar a cultura do encontro: combater o individualismo, se interessar pelo outro, se envolver/ter compaixão, comunidades adotar comunidades;
- Devemos reconhecer o valor da vida e ter consciência da nossa responsabilidade sobre ela.
- O bom samaritano de hoje precisa voltar seu olhar àqueles que estão “caídos”, os quais representam o mundo que está buscando alguma coisa.

Dom Ricardo, salienta ainda que dignidade humana é o princípio de tudo e sem ela a vida é banalizada. A globalização da indiferença agride sistematicamente a dignidade humana, pois apresenta uma visão reducionista da vida em prol do lucro.

Com base nestes pontos de reflexão, como cristão é preciso deixar-se guiar a favor da vida e da dignidade humana, tendo disposição para escutar de forma atenta, ou seja, disposição para ouvir e entender o que o outro me diz, mas também, agir com discernimento para entender o que grita em meu coração diante dos apelos da sociedade atual, de modo especial, durante este período de pandemia. Ser o bom samaritano hoje não é apenas um bom gesto, mas uma necessidade diante da multidão que está à margem da sociedade. Assim sendo, a *Fratelli Tutti* é um convite para transformar as pessoas e a sociedade numa bela unidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa constatou-se nos documentos citados neste trabalho (encíclicas e exortações que fazem parte da Doutrina Social da Igreja) que, ao longo dos últimos séculos a igreja de tempos em tempos vem se posicionando sobre as questões sociais que direta ou indiretamente refletem na dignidade da pessoa humana. Seja em questões relacionadas ao trabalho: salário justo, descanso aos domingos, seja no cuidado com a casa comum ou no grito do Papa Francisco em defesa dos pobres, por serem os mais atingidos pelos sistemas econômicos vigentes.

Percebe-se que a visão cristã de mundo é uma novidade na sociedade secularizada em que vivemos. Defendemos a dignidade da pessoa humana na ótica bíblica e cristã, na qual o ser humano é imagem e semelhança de Deus. Porém, precisamos ter a ciência de que a fé não é natural, não é comum a todos. Por isso em muitas situações é preciso ter empatia e ser caridoso para com aqueles que não

conhecem a fé que professamos. Pois a dignidade vai muito além das questões religiosas.

É preciso lembrar ainda que o cristianismo tem a missão de anunciar ao mundo a força libertadora e reconciliadora de Cristo e que, ao apresentar o homem como sendo imagem de Deus, despreza as categorias que servem para desumanizar o homem: a raça, o gênero, a classe social, a situação econômica, etc.

Conforme destaca a “*Gaudium et Spes*” conhecida como “a Carta Magna da Pastoral Social”, por ser a base para o surgimento das chamadas pastorais sociais, implantadas até então, cuja ação se dá em função da consciência de que a Igreja somente será sinal do Reino, na história humana, se anunciar, com suas práticas e consequências, o Evangelho de Cristo a todos (GS § 43). E, este anúncio deve vir acompanhado de uma mensagem que proporcione ao ser humano resgatar a sua origem e descobrir quem ele realmente é, ou seja, um ser digno e precioso aos olhos de Deus.

É importante destacar que, a dignidade humana não está fundamentada apenas na origem. O ser humano é convidado à boa nova, a viver o amor trinitário. Pois o destino do cristão é viver em Cristo, viver e partilhar o amor de Deus. Mas o que eu preciso fazer para ser digno do convite ao amor de Deus? Nada. Porém, não posso atrapalhar a entrada do outro nessa graça de Deus. Não posso excluir o outro dizendo que ele não pode, pois não posso ser juiz da vida alheia.

Neste sentido, a encíclica *Fratelli Tutti* (2020), vem reforçar o que a Igreja vem abordando nos últimos 50 anos, de forma clara, simples e direta, sobre o respeito que se deve ter um para com os outros para que a dignidade do homem seja resguardada. “Quando a dignidade do homem é respeitada e os seus direitos são reconhecidos e garantidos, florescem também a criatividade e a audácia, podendo a pessoa humana explanar suas inúmeras iniciativas a favor do bem comum” (FT § 22)

Esta encíclica enfatiza que hoje como ontem, na raiz da escravatura, está uma concepção da pessoa humana que admite a possibilidade de a tratar como um objeto. (...) Com a força, o engano, a coação física ou psicológica, a pessoa humana – criada à imagem e semelhança de Deus – é privada da liberdade, mercantilizada, reduzida a propriedade de alguém; é tratada como meio, e não como fim. (FT § 24)

Sendo assim, sejamos, pois, pessoas que segundo o Deuteronômio (30,19) “escolhe a vida para viveres tu e tua descendência”, pessoas que se movem em direção ao outro no intuito de revelar o transcendente. Um movimento que faz com que o outro seja ele mesmo e se encontre como imagem e semelhança de Deus e, não como imagem minha. Agindo assim, pode-se dizer que estaremos mais próximos de obter nossa própria dignidade e de proporcioná-la aos nossos semelhantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição** da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

COMPÊNDIO DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA. Cidade do Vaticano, *Libreria Editrice Vaticana*, 2004. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em 01 nov.21.

CONSTITUIÇÃO PASTORAL **GAUDIUM ET SPES**. Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em 01 nov.20.

Dicionário teológico: **o Deus Cristão**/dirigido por Xabier Pikaza e Nereo Silanes; (tradução I.F.L. Ferreira, Honório Dalbosco e equipe). São Paulo: Paulus, 1988

HOEPERS, Dom Ricardo (Bispo de Rio Grande/RS). 43ª Semana Teológica on line. **Palestra “Vida e dignidade humana a partir da *Fratelli Tutti*”**. DAST - Diretório Acadêmico do *Studium Theologicum*. 20 set.21.

KUJAWSKI, Dom Romualdo Matias. **Uma reflexão sobre a doutrina social da igreja. CNBB, 2020**. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/uma-reflexao-sobre-a-doutrina-social-da-igreja/> acesso em: 15 set.21.

LIRA, Bruno Dias; ANDRADE, Emanuel Anchieta Lacerda de. **Fundamento da doutrina social da Igreja com base na encíclica *Rerum Novarum*, de Leão XIII**.Tweetar, 8 jul. 2014.

PAPA BENTO XVI. Carta Encíclica ***Caritas in Veritate*** (sobre a caridade em verdade), 2009. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em 17 out.21.

PAPA FRANCISCO. Carta Encíclica ***Fratelli Tutti*** (sobre a fraternidade e amizade social), 2020. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em 15 nov.20.

_____. Carta Encíclica ***Laudato Si*** (sobre o cuidado com a casa comum), 2015. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em 20 out.21.

_____. **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium***. Vaticano: 2013. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em 02 nov.20.

_____. **Exortação Apostólica *Gaudete et Exsultate*** sobre o chamado à santidade no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2018.

_____. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia*** do Santo Padre FRANCISCO sobre o amor na família. Brasília, Edições CNBB, 2016.

_____. **Querida Amazônia: Exortação Apostólica pós-sinodal** ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade, 2020. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em 21 out.21.

PAPA JOÃO PAULO II. Carta Encíclica ***Centesimus Annus*** (No centenário da *Rerum Novarum*), 1991. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em 17 out.21.

_____. Carta Encíclica ***Laborem exercens*** (Sobre o trabalho humano, por ocasião do nonagésimo aniversário da *Rerum Novarum*), 1981. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em 16 out.21.

_____. Carta Encíclica ***Sollicitudo rei socialis*** (Sobre a Solicitude Social por ocasião do Vigésimo aniversário da *Populorum Progressio*), 1987. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em 17 out.21.

_____. Carta Encíclica ***Mater et Magistra*** (Sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã), 1961. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em 15 out.21.

PAPA LEÃO XIII. Carta Encíclica ***Rerum Novarum*** (Sobre a condição dos operários), 1891. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em 15 out.21.

PAPA PAULO VI. Carta Encíclica ***Populorum progressio*** (sobre o desenvolvimento dos povos), 1967. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em 16 out.21.

PAPA PIO XI. Encíclica ***“Quadragesimo Anno”*** (sobre a restauração e aperfeiçoamento da ordem social em conformidade com a lei evangélica no XL aniversário da encíclica de LEÃO XIII), 1931. Disponível em: www.vatican.va. Acesso em 15 out.21.

ROCHA, N. A. F. **A Dignidade da pessoa Humana Exposição crítica sobre um texto de Jürgen Moltmann**. Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada. Mestrado em ciências religiosas. Universidade Católica Portuguesa. Porto/Portugal, 2012. 68p.

VATICAN NEWS. **A atualidade da *Centesimus Annus* 30 anos após sua publicação**. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2021-05/centesimus-annus-30-anos-ainda-atual.html>. Acesso em 21 out.21.

VIDAL, M. **Nova moral fundamental: o lar teológico da ética**. Aparecida, SP: Editora Santuário; São Paulo: Paulinas, 2003.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Art - Artigo

CDSI – Compendio da Doutrina Social da Igreja

CIC – Catecismo da Igreja Católica

CIV – *Caritas in Veritate*

DSI – Doutrina Social da Igreja

FT – *Fratelli Tutti*

Gn – Genesis

GS – *Gaudium et Spes*

LE – *Laborem Exercens*

SRS – *Sollicitudo Rei Socialis*